

**Pró-Reitoria Acadêmica  
Curso de Relações Internacionais  
Trabalho de Conclusão de Curso**

**A PARADIPLOMACIA DA VACINA: O GOVERNO  
JOÃO DÓRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, E A SUA  
ATUAÇÃO INTERNACIONAL**

**Autora: Letícia Maria de Souza Leite  
Orientador: Prof. Phd. Jean Santos Lima**

**Brasília - DF  
2022**

**LETÍCIA MARIA DE SOUZA LEITE**

**A PARADIPLOMACIA DA VACINA: O GOVERNO JOÃO DORIA NO ESTADO DE  
SÃO PAULO, E A SUA ATUAÇÃO INTERNACIONAL**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Phd. Jean Santos Lima

Brasília-DF  
2022



Monografia de autoria de Letícia Maria de Souza Leite, intitulada “A paradiplomacia da vacina”, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília em 27 de junho de 2022, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Jean Santos Lima  
Prof. Phd. Jean Santos Lima  
Orientador  
Relações Internacionais – RIUCB

Camilla Sara Cunha  
Prof. Camilla Sara Cunha  
Relações Internacionais – RIUCB

Brasília-DF  
2022

Dedico este trabalho ao meu pai,  
Neuribertson Monteiro Leite, que sempre  
me incentivou a sonhar.

## **AGRADECIMENTO**

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus pela oportunidade de elaborar e apresentar este trabalho, e em segundo lugar à minha família, em especial a minha mãe, Regina Lúcia de Souza Monteiro, minha irmã, Heloíse Maria de Souza Leite, e meu pai, Neuribertson Monteiro Leite.

Aos meus familiares de Brasília, que me acolheram no início da minha graduação no ano de 2018, e sempre me apoiaram na minha vida acadêmica, em especial a minha tia Marli de Souza Lourenço e o meu tio Diógenes Lourenço.

Ao meu namorado, Alexandre Maciel dos Santos, por todo o apoio na reta final do meu curso e na elaboração do meu trabalho de conclusão.

Por fim, agradeço ao meu professor e orientador, Jean Lima, pelo empenho e dedicação comigo desde o ano passado, além de todo o cuidado e preocupação.

## RESUMO

Referência: LEITE, Letícia Maria de Souza. A PARADIPLOMACIA DA VACINA: O governo João Doria no estado de São Paulo, e a sua atuação internacional. 2022. 31 folhas. Relações Internacionais – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2022.

A presente pesquisa versa sobre o estudo da paradiplomacia na prática, dentro do território brasileiro, avaliando a atuação do político João Dória (PSDB), durante a sua gestão como governador entre os anos de 2020 e 2021, quando a pandemia da Covid-19 se instaurou no globo. O coronavírus, originado na China, trouxe graves efeitos para todas as nações, sendo o Brasil um dos principais epicentros de transmissão e óbitos em todo o globo. Diante da postura de descaso do chefe do Executivo Nacional, Jair Messias Bolsonaro, Doria realizou movimentações regionais, nacionais e internacionais na busca pela vacina da SARS-CoV-2. A atuação de um ente subnacional na busca por interesses políticos que tendam a promover melhoria nas políticas públicas regionais, pode ser definida nos termos das Relações Internacionais como paradiplomacia. Este estudo busca utilizar dos contatos, contratos e convênios internacionais realizados pelo então governador de São Paulo na prospecção por insumos para a produção de vacinas, como uma tentativa de entender o funcionamento da paradiplomacia no Brasil, além de pesquisar pelas suas limitações jurídicas, utilizando bibliografias e a própria Constituição Federal, para entender as legalidades da paradiplomacia dentro do país. O resultado obtido pela pesquisa foi de que Doria utilizou da paradiplomacia, sem impedimentos legais, para a aquisição de vacinas para o Brasil, a despeito do presidente do país.

Palavras-chave: Paradiplomacia; Covid-19; ator regional; medidas restritivas; pandemia.

## **ABSTRACT**

The present research deals with the study of paradiplomacy in practice, within the Brazilian territory, evaluating the performance of the politician João Dória (PSDB), during his term as governor between the years 2020 and 2021, when the Covid-19 pandemic established on the globe. Bringing serious effects to all nations, the coronavirus, which originated in China, triggered real problems in Brazil, in addition to the large number of deaths recorded by the country. Faced with the negligence of the leader of the National Executive, Jair Messias Bolsonaro, Doria carried out regional, national and international movements in the search for the SARS-CoV-2 vaccine. The performance of a subnational entity in the pursuit of political interests that tend to promote improvements in regional public policies can be defined in terms of International Relations as paradiplomacy. This study seeks to use the contacts, contracts and international agreements made by the then governor of São Paulo in the search for inputs for the production of vaccines, as an attempt to understand the functioning of paradiplomacy in Brazil, in addition to researching its legal limitations, using bibliographies and the Federal Constitution itself, to understand the legalities of paradiplomacy within the country. The result obtained by the research was that Doria used paradiplomacy, without legal impediments, to purchase vaccines for Brazil, despite the country's president.

Keywords: Paradiplomacy; Covid-19; regional leader; restrictive measures; pandemic.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....                                   | 9  |
| <b>1 CENÁRIO DE PANDEMIA E A RESPOSTA DO BRASIL</b> ..... | 13 |
| 1.1 O INÍCIO DA EPIDEMIA NO PAÍS .....                    | 13 |
| 1.2 ESTADOS E MUNICÍPIOS .....                            | 15 |
| 1.3 CONSEQUÊNCIAS REAIS .....                             | 17 |
| <b>2 A ATUAÇÃO DE JOÃO DORIA</b> .....                    | 20 |
| 2.1 PARADIPLOMACIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....        | 20 |
| 2.2 A RELAÇÃO COM O EXECUTIVO FEDERAL .....               | 22 |
| 2.3 INTERESSES POLÍTICOS .....                            | 23 |
| 3.1 ÓRGÃOS E ENTIDADES .....                              | 26 |
| 3.2 GESTÃO DE CRISE .....                                 | 27 |
| 3.3 O RESULTADO DAS AÇÕES .....                           | 29 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                         | 31 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....                                  | 32 |



## INTRODUÇÃO

No final do ano de 2019 o vírus da SARS-Cov-2 se instaurou no globo, afetando áreas diversas de todos os países do mundo. A economia das se deteriorou, alavancada por fatores desencadeados pelas políticas adotadas para a contenção do vírus, como o desemprego, a superlotação dos hospitais, e o número de pessoas com saúde debilitada pelas sequelas físicas e psicológicas deixadas pela doença, além dos óbitos resultantes da Covid-19 (G1, 2020). O coronavírus mudou a rotina e a vida das pessoas através da quarentena e do uso de máscaras, e o planeta conheceu um novo conceito de “normal”.

Além das mudanças concretas e reais percebidas, a Covid-19 afetou a condução das políticas públicas em todo o globo. No Brasil, o Governo Federal e os estados e municípios foram cenário de publicações oficiais incluindo a tomada de medidas restritivas, a abertura de processos licitatórios para a aquisição de materiais de proteção individual e declarações de estado de calamidade pública (DOU, 2020). Setores de economia, produção e turismo foram afetados, e a vida dos brasileiros mudou consideravelmente.

Ainda no final do ano de 2020, iniciaram-se as pesquisas para a realização de um imunizante contra a Covid-19. Nenhuma das vacinas que estavam sendo criadas garantiam 100% de proteção contra o vírus, mas havia a esperança de que os sintomas diminuíssem juntamente com o número de óbitos pela doença (SAÚDE, 2020). Jair Messias Bolsonaro (PL), presidente do país, não demonstrou interesse pela possibilidade de imunização da população, diferentemente de João Doria (PSDB), governador de São Paulo, que lutou pela conquista da vacina.

Doria (PSDB), então governador do estado de São Paulo, iniciou uma série de coletivas de imprensa no canal oficial do estado na plataforma YouTube, com o intuito de atualizar a população paulista sobre as medidas restritivas e de proteção contra a Covid-19 que fossem tomadas pelo estado. Os pronunciamentos acabaram tendo o foco voltado para a aquisição de imunizantes contra a SARS-CoV-2, junto ao instituto Butantan e farmacêuticas internacionais (BRASIL, 2020).

Diante desse cenário, a intenção dessa pesquisa foi buscar de qual maneira um ator regional como o ex-governador João Dória, pode utilizar de contratos e convênios com entidades públicas ou privadas de caráter internacional, em busca de

insumos que possam interferir nas políticas públicas regionais, sem o apoio direto do Governo Federal. A atitude de expandir fronteiras em prol de políticas públicas regionais pode ser chamada de paradiplomacia.

A hipótese defendida na presente pesquisa é de que a inexistência de regulamentação concreta da paradiplomacia na Constituição Brasileira permite a abertura de interpretações para os limites existentes na atuação de um ator regional na busca de entes internacionais, em uma tentativa de atingir objetivos específicos em prol das suas políticas públicas.

Como justificativa social, entende-se que entre os anos de 2020 e 2022, todo o globo foi afetado pela pandemia causada pelo vírus da Covid-19. No Brasil, o chefe do Executivo Federal não somente se manteve apático diante do cenário de crescimento dos casos e mortes, como se posicionou resistente ao surgimento das vacinas.

A iniciativa do então governador de São Paulo foi de buscar os imunizantes pelos meios que lhe eram cabíveis, de maneira a demonstrar publicamente o seu interesse em promover o início da imunização no estado de São Paulo e no país. Socialmente, Dória realizou aquilo que era esperado ser feito pelo presidente do país.

No âmbito acadêmico, o termo da paradiplomacia ainda pode ser considerado como amplo, tanto no cenário do Direito quanto no das Relações Internacionais. A sua aplicação na prática não possui regulamentação jurídica pela Constituição Brasileira.

O estudo de caso da prospecção realizada pelo governo João Dória na busca por vacinas pode não somente exemplificar a paradiplomacia na prática, como estabelecer até onde de fato vai a autonomia de atores regionais brasileiros dentro do Sistema Internacional.

Como justificativa pessoal, entende-se que a pandemia no Brasil gerou desemprego, aumento dos índices de fome, além de altos números de óbitos por todo o território. O posicionamento do então governador de São Paulo, diante da situação que o país estava enfrentando, trouxe esperança para a população.

A aparente antipatia do atual governo, frente à gravidade da situação da pandemia, despertou o interesse em entender de qual forma um governador poderia buscar atores internacionais para a defesa de um interesse que favorecesse toda a população.

Neste sentido, o objetivo geral da presente pesquisa é de estudar a prospecção internacional realizada pelo governo João Dória, na busca pelas vacinas contra a COVID-19, no intuito de entender, na prática, o funcionamento da paradiplomacia e a autonomia dos entes regionais diante do Sistema Internacional, à luz do que é estabelecido pela Constituição do país.

Os objetivos específicos da pesquisa são de definir o conceito de paradiplomacia estabelecido no atual Sistema Internacional, entender as delimitações da paradiplomacia na Lei brasileira e até que ponto um ator regional consegue atuar sem o apoio do Governo Federal, utilizar o caso do governo João Dória como estudo para entender como se dá a paradiplomacia na prática, e entender melhor o conceito de paradiplomacia, através dos resultados obtidos pelos contatos feitos entre um ator regional brasileiro e atores internacionais no enfrentamento da pandemia.

Para tanto, o estudo teórico da pesquisa deve se dar a partir de bibliografias encontradas na academia sobre o conceito de paradiplomacia e as suas limitações e permissibilidades jurídicas. O conceito dentro da Constituição Brasileira, os limites que são estabelecidos juridicamente, e até que ponto um ente regional consegue atuar diretamente junto a entidades internacionais na busca da expansão de políticas públicas regionais. Além das buscas em sites oficiais dos governos, para compreender ações e posicionamentos tomados tanto pelo presidente do país como pelo ex-governador de São Paulo.

A metodologia a ser utilizada deve ter como base o estudo de caso do governo João Doria no enfrentamento da pandemia da COVID-19, de modo a entender se pode ser chamada de paradiplomacia a política realizada pelo governador regional para estabelecer contatos com empresas e atores internacionais no intuito de prospectar imunizantes contra o coronavírus para o seu estado e, posteriormente, todo o país.

No primeiro capítulo, explica-se o cenário e o contexto do início da pandemia no Brasil, além da resposta do país e das suas autoridades políticas dentro do período dos dois primeiros anos da pandemia. O capítulo versa sobre as decisões políticas tomadas não só pelo Governo Federal mas pelos estados e municípios também. Por fim, aborda ainda a negligência do chefe do Executivo Nacional frente à crise que estava sendo enfrentada, e as consequências que isto pode ter gerado.

O segundo capítulo aborda a definição de conceitos como paradiplomacia frente à Constituição Brasileira, contando com referências bibliográficas e com a

relação existente dentro do Sistema Internacional e das Relações Internacionais. Além disso, passa pelos conflitos enfrentados entre o ex-governador de São Paulo, João Doria, e o presidente da república, Jair Bolsonaro. Por fim, é feita uma análise da postura adotada por Doria dentro do cenário de casos e mortes no estado de São Paulo, contando com o seu empenho na busca pela vacinação.

No terceiro e último capítulo, a atuação do ex-governador de São Paulo é analisada à luz dos estudos trazidos ainda no capítulo dois, contando com o entendimento de paradiplomacia frente às atitudes de João Doria. Também é feita a análise dos contratos e convênios realizados entre o ator regional e o instituto Butantan, além da biofarmacêutica CoronaVac ainda no ano de 2020, para a produção de insumos de imunização contra a Covid-19 no Brasil.

## 1 CENÁRIO DE PANDEMIA E A RESPOSTA DO BRASIL

O presente capítulo versa sobre o contexto histórico da pandemia da COVID-19, como tudo começou, as medidas e declarações sugeridas e tomadas pelos órgãos internacionais, nacionais e regionais. Bem como, algumas atitudes de autoridades e atores como o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (PL) e o ex-governador do estado de São Paulo, João Doria (PSDB).

A pesquisa realizada engloba informações coletadas do Diário Oficial da União (DOU), sites oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério brasileiro de Saúde, dos Governos do estado do Rio de Janeiro e de São Paulo. Também foram utilizadas para a realização deste capítulo, informações retiradas de sites atualizados de notícias, contando com posicionamentos oficiais dos atores do executivo nacional e regional do país.

### 1.1 O INÍCIO DA EPIDEMIA NO PAÍS

Ao final do ano de 2019 surgiu, na República Popular da China, uma variante dos coronavírus, que são uma família viral de grande porte, capazes de causar infecções e doenças respiratórias; como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars) e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (Mers). O resultado da mutação do vírus surgido no país asiático, se mostrou ser mais grave do que as doenças normalmente causadas pela infecção dos coronavírus, contando com uma alta capacidade de disseminação e contaminação, que fez com que a doença da Covid-19, ou SARS-CoV-2, atingisse rapidamente todo o globo.

Nos primeiros dias do ano de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou o primeiro comunicado a respeito do assunto (OMS, 2020), relatando 44 casos de “pneumonia de causa desconhecida” em Wuhan, na China. Ainda no final do mês de janeiro do mesmo ano, o órgão admitiu que o risco de epidemia mundial era alto a partir daquele momento. No início de fevereiro, 34 brasileiros que viviam na cidade de Wuhan foram repatriados<sup>1</sup> para o Brasil (SANAR MED, 2020), ficando em quarentena por 14 dias na cidade de Anápolis (GO). Ao final do mesmo mês, o globo

---

<sup>1</sup> que sofreu processo de repatriação ou que se repatriou pela própria vontade

já contava com 132 países, monitorados pela OMS, em alerta para o coronavírus, segundo dados do próprio órgão (OMS, 2020).

Em meados de 2021 a OMS conduziu um estudo, com a contribuição de 17 cientistas, sobre a origem da mutação do coronavírus. Sem resultados que pudessem ser definidos como completamente conclusivos, a hipótese que acabou sendo melhor aceita pela comunidade científica foi a do surgimento do vírus em um morcego, que pode ter transmitido para um mamífero de porte intermediário, e só depois contaminou um ser humano. A teoria de que o vírus pudesse ter escapado diretamente de um laboratório, que circulava como especulação pelo globo, foi descartada pelo órgão internacional após o estudo, tendo sido apresentada como “extremamente improvável” (OMS, 2020).

No Brasil, o primeiro teste positivo para o SARS-CoV-2 foi realizado por um homem de 61 anos, que retornou ao país depois de uma viagem para a Europa (SANAR MED,2020). O teste foi realizado no dia 26 de fevereiro de 2020, no estado de São Paulo, e desde então, até maio de 2022, o Ministério da Saúde registrou, em seu site oficial, mais de trinta milhões e quinhentos mil casos confirmados de Covid-19, além de mais de seiscentas mil e setecentas mortes causadas pelo vírus. O número de pessoas que se recuperaram da doença, ainda em maio do mesmo ano, é de aproximadamente vinte e nove mil e seiscentos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022). A declaração de estado de pandemia<sup>2</sup> veio pela OMS no dia 11 de março de 2020, em pronunciamento oficial.

A primeira decisão tomada pelo Ministério da Saúde do Brasil foi a distribuição de trinta mil kits para teste diagnóstico específico para a Covid-19 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Aconteceu no início de março de 2020, enquanto o país contava com 2 casos confirmados e 433 suspeitos. Além disso, o órgão federal publicou em seu site uma lista de países para a definição de casos suspeitos, para os brasileiros que estivessem viajando ou pretendessem viajar para fora do país.

O Governo Federal publicou no Diário Oficial da União (DOU), ainda em março de 2020, a assinatura de contratos para a aquisição de máscaras de proteção facial para os profissionais de saúde da rede pública. O número de produtos adquiridos foi de quinhentos mil (DOU, 2020).

---

<sup>2</sup> disseminação mundial de uma nova doença

Após a confirmação de 13 casos de Covid-19 no Brasil, o Ministério da Saúde anunciou a ampliação de medidas de reforço ao atendimento hospitalar no enfrentamento à doença no país. As decisões incluíram primeiros reforços na atenção primária, o programa Saúde na Hora, a convocação de profissionais para o programa Mais Médicos, reforço nas Unidades de Saúde da Família (USF), organização de rotina de pacientes com doenças crônicas, disponibilização da telemedicina no atendimento às doenças graves e à ampliação dos leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Com o passar do tempo, o número de casos confirmados no Brasil passou a crescer consideravelmente, o órgão federal responsável pela saúde no país iniciou medidas mais urgentes como a realização de testes em todos os pacientes internados nos hospitais públicos e privados, além da aquisição, com a autorização do Poder Legislativo, de R\$ 5.000.000.000,00 para ser utilizados na atenção primária hospitalar brasileira - dados retirados do Diário Oficial da União (2020). Em meados do mês de março, o ministério já havia regulamentado critérios de isolamento e de quarentena, a serem aplicados pelas autoridades sanitárias do país em pacientes com suspeita ou confirmação de infecção pelo vírus (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Com a confirmação do crescimento da infecção do vírus pelo país, o Governo Federal disponibilizou, pelo Ministério da Saúde, a quantia de aproximadamente R\$ 432.000.000,00 para os estados federativos do país, divulgado em publicação no Diário Oficial da União (2020). O recurso financeiro deveria ser voltado para o reforço do plano de contingência encaminhado para o enfrentamento da Covid 19. A medida adotada também contou com a ampliação de mais de 500 leitos de UTI, a serem distribuídos pelos 26 estados e o Distrito Federal. Os incentivos financeiros destinados aos estados e municípios da federação aumentaram com o tempo e com a gravidade da situação do país.

## 1.2 ESTADOS E MUNICÍPIOS

Com a confirmação das primeiras mortes pelo vírus, o Governo do Estado do Rio de Janeiro foi o primeiro a decretar situação de emergência. À essa altura, as autoridades regionais do Poder Executivo estavam autorizadas a, entendendo a situação de cada estado, tomar as medidas que fossem cabíveis ao combate à doença.

O decreto publicado pelo estado governo do Rio de Janeiro país contava com a suspensão por 15 dias de eventos e atividades com presença de público, além de aulas nas redes pública e privada (DOERJ, 2020). Na mesma época, foi publicada uma portaria do Governo Federal, no DOU, que considerava crime contra a saúde pública qualquer recusa ao isolamento social e à quarentena (DOU, 2020).

Depois do estado do Rio de Janeiro, e com o crescimento do número de casos e mortes, outros estados do país iniciaram a tomada de medidas restritivas como o isolamento social e a quarentena, inicialmente pelo período de duas semanas (15 dias).

O presidente Jair Bolsonaro (PL), publicou um decreto, no final do mês de março, com os serviços que eram considerados essenciais e não podiam ser suspensos. Alguns deles eram da área da saúde, serviço social, segurança pública, defesa nacional, transporte, fornecimento de serviços como água, internet, luz e gás, serviços de funerária, fiscalização ambiental, fornecimento de combustíveis e perícias (DOU,2020).

Mesmo com o início de medidas federais e estaduais pelo país, em contradição com as autoridades sanitárias nacionais e internacionais, ainda no final do mês de março, o presidente Jair Bolsonaro fez o seu primeiro pronunciamento na mídia criticando o isolamento social. O chefe do executivo nacional declarou ser um episódio de “histeria coletiva”, dando a entender que o vírus não necessitaria de todos esses processos, restrições e cuidados. Bolsonaro ainda alegou que, caso contraísse o vírus da Covid 19, teria somente os efeitos colaterais de uma “gripezinha” (JORNAL OPÇÃO, 2021). A este ponto, o país já contava com 47 óbitos e registros de testes positivos em todos os estados brasileiros.

Com os números de casos e mortes crescendo exacerbadamente no país, o estado de São Paulo liderou, desde o início do ano de 2020, a lista de estados críticos. Por meses a região federativa ficou à frente no número de mortos, sem ser ultrapassada por nenhum outro estado, tendo conseguido atingir e superar os números registrados pela China ainda em meados de maio do mesmo ano (SANAR MED, 2020). As medidas iniciais tomadas pelo então governador do estado, João Doria (PSDB), incluíram a prorrogação do estado de calamidade, inicialmente decretado em publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, além da



antecipação de feriados e da ampliação de testagem em todo o território paulista (DOESP, 2020).

Contudo, já no final do mês de maio, o governo de São Paulo lançou o Plano de Reabertura da Economia, que contaria com a volta gradual das atividades econômicas nos municípios que contabilizassem a redução de casos, maior disponibilização de leitos hospitalares e obediência ao distanciamento social e uso da máscara (DOESP, 2020). A prorrogação de medidas restritivas no estado contava com vigência para o dia 31 de maio de 2020, tendo como intenção que o plano começasse a valer a partir do primeiro dia de junho do mesmo ano. Entretanto, de acordo com informações do G1 (2020), o estado seguiu com a liderança em número de óbitos por coronavírus no país.

No meio de toda essa crise, grupos bolsonaristas e o próprio presidente Jair Bolsonaro quebraram o estado de isolamento social e quarentena instaurados no país (SANAR MED, 2020). Manifestantes antifascistas realizaram atos nos municípios de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), enquanto o presidente realizou um passeio a cavalo, no Distrito Federal, conduzindo atos antidemocráticos. As manifestações foram filmadas e transmitidas em televisão nacional para todo o país (JORNAL OPÇÃO, 2021), e a atitude do presidente foi duramente criticada pela população, tendo sido interpretada por alguns brasileiros como descaso à situação de calamidade que o país se encontrava naquele momento.

O presidente, além de criticar o isolamento social e fazer comentários de teor lúdico com a gravidade do vírus e o número de mortos, ainda ameaçou, em junho de 2021, deixar a Organização Mundial da Saúde por "viés ideológico". Indo contra o que defendia a comunidade científica, os profissionais da saúde e o órgão internacional, Bolsonaro começou a incentivar o uso de cloroquina e ivermectina no tratamento da Covid 19, em pronunciamentos oficiais e entrevistas concedidas (JORNAL OPÇÃO, 2021). A eficácia dos medicamentos nunca foi comprovada por órgãos de competência no combate à doença. Além disso, o presidente fazia, em pronunciamentos e nas suas redes sociais, pouco caso do uso de máscaras de proteção facial.

### 1.3 CONSEQUÊNCIAS REAIS

Diante do cenário de pandemia, o Brasil enfrentou no escopo das Relações Internacionais, o conflito dos posicionamentos do chefe do Executivo nacional e as orientações da OMS. Bolsonaro fez questão de deixar claro, em posicionamentos, entrevistas e coletivas de imprensa, que o alarde causado pela organização, durante a pandemia, era desnecessário (JORNAL OPÇÃO, 2021). O presidente ainda criticou duramente o governo chinês, colocando o país como responsável pelo que estava acontecendo no mundo. O descaso e a negligência de Bolsonaro fizeram com que muitos brasileiros não levassem a sério as medidas restritivas, o que pode ter contribuído para a rápida e gigantesca disseminação do vírus dentro do país.

Os efeitos dessas atitudes foram além dos casos e das mortes registradas dentro do território brasileiro, a posição adotada e passada pelo Brasil no Sistema Internacional, frente às orientações e determinações da Organização Mundial da Saúde foi de desrespeito. A imagem do presidente, que tinha e teve atitudes muito semelhantes às do então presidente dos Estados Unidos Donald Trump, foi de chacota internacional, principalmente com o surgimento de estudos para a busca por uma vacina eficaz contra o Sars-CoV-2.

Institutos científicos pelo mundo inteiro iniciaram pesquisas para que o imunizante contra a Covid-19 pudesse ser criado (SANAR MED, 2020). Enquanto isso, o presidente do Brasil fazia pronunciamentos contrários à vacinação, tanto em rede nacional através de entrevistas, quanto em suas redes sociais. Bolsonaro afirmou, mais de uma vez, não confiar em imunizantes que viessem da região asiática do país, criticando a criação e a eficácia da CoronaVac, por exemplo. A vacina foi desenvolvida pela biofarmacêutica chinesa Sinovac, e foi uma das primeiras a ser concluída.

O descaso do presidente do Brasil foi tão considerável, que o Congresso Nacional iniciou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra atitudes criminosas que pudessem ter impacto negativo frente a casos graves e mortes no país (SENADO, 2020). Bolsonaro e diversas entidades privadas, assim como ministros e autoridades nacionais foram citados durante a realização da CPI. Durante os longos dias de encontro da comissão, presidida pelos Senadores Omar Aziz (PSD-AM) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi comprovado através de evidências apresentadas, que o Governo Federal junto ao Ministério da Saúde recusaram diversos e-mails de propostas para aquisição de vacinas.

A despeito dos posicionamentos do presidente do país, o governador de São Paulo – estado com maior número de casos e mortes registrados – João Doria, iniciou uma série de coletivas de imprensa, com o apoio do Instituto Butantan, vinculado a Universidade de São Paulo (USP), e um dos principais responsáveis pela produção de imunobiológicos do país. Doria, que antes de ser eleito governador do estado de São Paulo, mantinha uma relação de amizade política com Jair Bolsonaro, passou a demonstrar revolta e indignação com as atitudes do presidente diante da pandemia, principalmente mediante as possibilidades de vacinação ignoradas e satirizadas por Bolsonaro. O governador passou, então, a buscar com as ferramentas ao seu alcance, meios de conseguir imunizantes para o seu estado e para o país.

## 2 A ATUAÇÃO DE JOÃO DORIA

Este capítulo aborda os posicionamentos tomados pelo ex-governador do estado de São Paulo, através da definição de termos como paradiplomacia dentro das relações internacionais, a fim de explicar de qual maneira João Doria (PSDB) utilizou da paradiplomacia e da sua autonomia regional para adquirir meios de facilitação para a vacinação contra a COVID-19 no Brasil.

Também utiliza de bibliografia dos cursos de Relações Internacionais, Ciência Política e Direito para pesquisa e compreensão dos termos, além da realização da retirada de dados reais de sites atualizados do Governo do estado de São Paulo e meios de transmissão de notícias como sites nacionais, além do canal oficial do YouTube<sup>3</sup> do próprio governo de São Paulo, que cobriram coletivas de imprensa e posicionamentos oficiais do então governador.

A relação preexistente e o conflito durante a pandemia entre Doria e Bolsonaro também são abordados no presente capítulo.

### 2.1 PARADIPLOMACIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para falar da atuação do ex-governador de São Paulo como um ator de relevância internacional, é importante que alguns termos sejam definidos. De acordo com Nunes (2005, p.52), a paradiplomacia é entendida através do estabelecimento de contratos e convênios com entidades públicas ou privadas, de caráter estrangeiro, de maneira que seja permitido o fortalecimento das políticas públicas locais. Uma vez que a autonomia política é concedida a atores subnacionais pelo próprio Pacto Federativo<sup>4</sup>, a constitucionalidade da mesma pode ser alvo de interpretações, entendendo que a Constituição Federal (1988) compete à União o mantimento de relações com nações estrangeiras (artigo 21, inciso I). Não sendo regulamentada por legislação federal, a paradiplomacia pode ser vista dentro de um cenário de insegurança jurídica (TEIXEIRA, 2020).

O entendimento da paradiplomacia no Brasil, pode ser estabelecido pela estruturação do federalismo brasileiro, uma vez que se centralizam à União, de forma

---

<sup>3</sup> plataforma internacional de compartilhamento de vídeos

<sup>4</sup> conjunto de dispositivos constitucionais que configuram a moldura jurídica: obrigações financeiras, arrecadação de recurso e campos de atuação dos entes federados

extensiva, o poder e a autonomia dos estados e municípios membros, entendendo como pressuposto de sua atuação a divisão de competências e responsabilidades (BARACHO, 1982, p.29).

Os modelos de federalismo surgem a partir da maneira como se desenha o pacto federativo em um país. De acordo com Gracia (2004), a literatura econômica aborda os seguintes modelos de federalismo: dual; cooperativo; competitivo; simétrico e assimétrico.

Diante de um cenário local, é possível perceber uma certa limitação no acesso aos recursos financeiros para o desenvolvimento das competências dos entes regionais, dentro do contexto político-constitucional. Como afirma Branco (2011, p.88), a paradiplomacia ganha força no Brasil na busca pela defesa e promoção de interesses regionais e locais. Dessa forma, é possível perceber, como explica Teixeira (2020), que tal concentração de recursos na União, pode levar os estados e municípios a uma “guerra fiscal” na busca por receitas.

Como elucidado, a dificuldade de coordenação dos interesses não-nacionais por parte da União Federal é evidenciada pela paradiplomacia (TEIXEIRA, 2020). Entendendo o Brasil como um país de estrutura federalista, e partindo do princípio de federalismo cooperativo elucidado por Bobbio (1998, p.480), a centralização de políticas federais dentro de um cenário econômico de entes federados, pode acabar por deturpar o poder de autonomia estabelecido aos entes regionais pelo artigo 18 da Constituição Federal (1988). Teixeira (2020) entende como uma necessidade primordial, que o federalismo brasileiro, à luz das competências cabíveis à União e aos estados e municípios, seja repensado.

Sabendo que o estudo das Relações Internacionais compreende, também, as relações Estado-Estado, Sociedade-Estado e Indivíduo-Estado, através dos seus níveis de análise (KAUPPI, VIOTTI, 2012), percebe-se que o indivíduo - podendo ele ser um ator de liderança regional ou não - também se encaixa dentro do Sistema Internacional, mesmo que de maneira menos influente do que o próprio Estado. Para tanto, se faz necessária a percepção de que, compreendendo os níveis de análise, a atuação do indivíduo dentro do Sistema Internacional tem impacto, seja ela de caráter paradiplomático ou não. E não havendo impedimentos jurídicos pela Constituição Federal (1988), um ator regional, enquanto indivíduo, pode agir em prol do

fortalecimento das políticas públicas regionais na busca por convênios e contratos com entidades internacionais de caráter público ou privado.

## 2.2 A RELAÇÃO COM O EXECUTIVO FEDERAL

Nas práticas da política brasileira, é comum que haja o apoio de um candidato à candidatura de outro. Nas eleições de 2018, o então candidato à presidência do Brasil, Jair Bolsonaro (PL), demonstrou simpatia e boa relação com o então prefeito do município de São Paulo, João Doria (PSDB). A boa relação política construída entre os dois, tendia a aumentar quando Bolsonaro foi eleito chefe do Executivo Federal, e Doria governador do estado de São Paulo. Contudo, no início do segundo ano de mandato do presidente do Brasil, o cenário de pandemia se instaurou no globo, e as atitudes de Bolsonaro destoavam do que João Doria passou a defender.

Diante do início de um cenário de conflito político entre um ente subnacional e o representante do Executivo Federal, e compreendendo a necessidade de regulamentação jurídica da paradiplomacia, além da extensiva centralização de responsabilidade da União com outras nações, as possibilidades de atuação de um ator regional podem ficar restritas.

Dessa forma, qualquer atitude de caráter paradiplomático que fosse tomada pelo então governador do estado de São Paulo, diante do cenário de emergência de saúde pública estabelecido no Brasil, estaria sujeita a um limbo jurídico, entendendo também o conflito de interesses com o chefe da União.

O estado de São Paulo foi líder de casos e mortes por coronavírus desde a chegada do vírus ao Brasil. Contando com uma população de mais de 44 milhões de pessoas (IBGE, 2014), São Paulo é considerado o estado mais populoso do país. Contando com esses dados, a liderança em testes positivos e óbitos pela doença da Covid-19 não é um fato inesperado. O estado chegou a ultrapassar o país da China nos números registrados ainda em 2020. São Paulo também é o estado do Brasil com o maior Produto Interno Bruto (PIB) registrado, contando com a maior economia subnacional do país.

Diante deste cenário, é compreensível que o então governador do estado tenha demonstrado preocupação em combater a Covid-19 desde que se mostrou presente em São Paulo. A primeira medida tomada pelo Governo de São Paulo foi

publicada no dia 14 de março de 2020, no Diário Oficial do estado. O Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020, estabeleceu a adoção de medidas temporárias e emergenciais de prevenção ao contágio do SARS-CoV-2. Desde então, o estado contou com mais de 20 normativas publicadas pelo Poder Executivo, contando com alterações, prorrogações e até novas medidas restritivas de contenção da COVID-19.

Fossá e Santos (2020) estudaram a disputa política entre Jair Bolsonaro e João Doria no cenário de pandemia do país. O estudo realizado pelos autores, destaca uma divisão no conflito entre eles em três fases, a primeira sendo considerada como mais amena, a segunda como o auge do conflito e a terceira como um reacendimento do desentendimento entre os dois políticos.

O início do conflito se deu no dia 15 de março de 2020, quando o presidente Bolsonaro desrespeitou a quarentena e as orientações de realização de teste do coronavírus e foi à uma manifestação pró-governo para cumprimentar os seus apoiadores. No dia da ocasião, João Doria declarou que o chefe do Executivo Nacional possuía maior preocupação com a sua vida política do que com a saúde nacional (FOSSÁ E SANTOS, 2020).

No dia seguinte, o então governador de São Paulo disse ter se arrependido de votar em Bolsonaro nas eleições de 2018 (FOSSÁ E SANTOS, 2020). O conflito se agravou um pouco depois, quando Bolsonaro criticou, publicamente, as medidas de isolamento tomadas pelos estados e municípios do país.

Em coletiva de imprensa realizada no dia 20 de março de 2020, após a crítica do presidente, Doria declarou estar fazendo, junto aos outros governadores, uma função que deveria ser do Governo Federal e do próprio Bolsonaro. A troca de acusações e críticas entre os dois políticos cresceu e se agravou durante todo o período de pandemia (FOSSÁ E SANTOS, 2020). Contudo, a maior rivalidade política e ideológica estabelecida entre Doria e Bolsonaro foi a busca por imunizantes para a Covid-19.

### 2.3 INTERESSES POLÍTICOS

Em coletivas de imprensa realizadas semanalmente, transmitidas pelo canal oficial no YouTube do Governo do Estado de São Paulo, João Doria durante os anos de 2020 e 2021 anunciava aos paulistas as decisões tomadas pelo governo (BRASIL, 2020). Em pronunciamento nestes eventos, Doria começou a realizar discursos pró-

vacina, indo contra o que defendia o presidente Bolsonaro, que se demonstrou inúmeras vezes contrário à vacinação contra a Covid-19. O governador de São Paulo, além de anunciar as atualizações de medidas restritivas, aproveitava para atualizar a população paulista dos seus feitos junto ao instituto Butantan, localizado em São Paulo.

No mês de setembro do ano de 2020, o então governador de São Paulo assinou um termo de compromisso com a Sinovac, e trabalhou junto ao instituto Butantan para o fornecimento de 46 milhões de doses da CoronaVac, imunizante produzido pela biofarmacêutica (DOESP, 2020). A exemplo da contradição da atitude do governador no que o presidente falava publicamente, a vacina chegou a ser extremamente criticada por Bolsonaro desde o início da sua fabricação, principalmente pela origem chinesa da empresa que a produziu. O presidente chegou a ridicularizar o imunizante, alegando o perigo de “se tornar um jacaré” para quem recebesse a vacina (JORNAL OPÇÃO, 2021). Mesmo tendo a sua produção finalizada ainda em 2020, a CoronaVac só chegou ao Brasil nos primeiros dias de 2021.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) aprovou o uso da CoronaVac e da vacina da AstraZeneca - produzida pela Universidade de Oxford -, mesmo assim, não havia sido estabelecida uma adesão integral da CoronaVac no governo Bolsonaro. O então Ministro da Saúde do país, Eduardo Pazuello, chegou a anunciar a compra de doses do imunizante chinês, mas um dia depois o presidente afirmou que cancelou o acordo (BRASIL, 2021). Ainda criticando a CoronaVac, Bolsonaro afirmou defender o imunizante indiano produzido pela Universidade de Oxford, mas as doses que o país poderia fornecer ao Brasil eram bem menores do que as necessárias. A CoronaVac era a única que possuía capacidade para o início da vacinação gradual no país.

A iniciativa de Doria em contatar o instituto Butantan e, em parceria com ele, assinar um acordo com uma biofarmacêutica chinesa, à despeito dos posicionamentos e críticas do presidente do país, demonstra o exercício da autonomia do chefe subnacional garantida pelo Pacto Federativo, além da permissibilidade legal da realização do que é chamado de paradiplomacia. Mesmo não havendo regulamentação específica, e contando com a centralização das relações exteriores no Poder Executivo Federal, Doria conseguiu realizar um acordo com uma empresa privada de caráter internacional em prol da melhoria das políticas públicas regionais.



Não obstante, o então governador de São Paulo, ainda em suas coletivas de imprensa, convidou a população de todo o país, que quisesse receber a imunização contra à Covid-19, a viajar para o estado e se vacinar. Doria também incentivou os demais governadores do país a promoverem a vacinação nos seus estados (YOUTUBE, 2020). Por ser considerado um possível candidato à presidência da república pelo seu partido no ano de 2022, João Doria tomou atitudes que poderiam ser interpretadas como de interesse político, principalmente na sua rixa com o então presidente Bolsonaro. É inegável, porém, que as ações realizadas pelo então governador de São Paulo trouxeram impactos muito positivos para o Brasil.

### 3 ATUAÇÃO INTERNACIONAL

O último capítulo desta pesquisa traz as conclusões do estudo realizado com relação à atuação do ex-governador de São Paulo dentro de um cenário de crise internacional, como um possível ator que utilizou da paradiplomacia para buscar interesses de melhoria de políticas públicas regionais e federais.

Além de analisar as relações estabelecidas entre João Doria e o instituto Butantan, contando também com o contato estabelecido com uma produtora de insumos imunizantes contra a Covid-19. O objetivo do presente capítulo é demonstrar o resultado das ações do governo do estado de São Paulo, na pessoa de João Doria como um ente paradiplomático diante do Sistema Internacional.

#### 3.1 ÓRGÃOS E ENTIDADES

O Instituto Butantan, que possui sede na capital de São Paulo, manteve contato com o então governador do estado paulista desde que a primeira oportunidade de produção para imunizantes surgiu no país. João Doria (PSDB), convidou para participar de coletivas de imprensa realizadas e transmitidas pelo Governo do Estado de São Paulo, o presidente do Instituto Butantan e do Conselho Curador da Fundação Butantan, Dimas Tadeu Covas. As coletivas de imprensa também contaram com a participação ativa do Secretário de Saúde do estado de São Paulo, Jean Gorinchteyn.

As relações locais estabelecidas com autoridades regionais refletiram em contratos e convênios estabelecidos com entes internacionais, como a empresa e biofarmacêutica Sinovac, produtora da CoronaVac; ainda em setembro de 2020, Doria assinou um termo de compromisso com a Sinovac para o fornecimento de 46 milhões de doses do medicamento (VEJA, 2020).

O instituto brasileiro foi o responsável pela produção do imunizante, a partir do recebimento dos insumos pela farmacêutica chinesa. Com a chegada dos insumos, o Butantan só precisou aguardar a autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para o início da fabricação da vacina.

A CoronaVac foi a primeira vacina a receber insumos para a sua produção no Brasil, e não recebeu o apoio direto do chefe do Executivo Nacional, Jair Messias Bolsonaro (PL). Para o início da aplicação, foi necessária a realização de treze mil testes em voluntários, mas o diretor do Butantan, Dimas Covas, já considerava a

CoronaVac segura com um total de nove mil testes bem-sucedidos (VEJA, 2020). Enquanto isso, os pronunciamentos do presidente eram de deboche e chacota com o imunizante chinês, chegando inclusive a incitar a população a não se vacinar, por não possuir confiança em produtos de insumos chineses (BRASIL, 2020).

Diante das autoridades regionais, a movimentação de Doria foi precisa com quem era necessário no momento para a busca dos insumos para a produção do imunizante. E não havendo impedimento legal na Constituição Brasileira (1988) para contato e estabelecimento direto de contratos e convênios com entes internacionais de caráter público ou privado, a movimentação do ex-governador de São Paulo foi um ato que é definido pelo conceito de paradiplomacia estabelecido por Nunes (2005, p. 52).

Desta forma, o então governador do estado paulista, utilizou da paradiplomacia, em termos legais e conceitos estabelecidos nas Relações Internacionais, para contatar entes internacionais na busca de interesses próprios para a extensão de políticas públicas regionais, obtendo um impacto nacional, a despeito de todas as atitudes do presidente do país.

### 3.2 GESTÃO DE CRISE

Como governador do estado de São Paulo, João Doria (PSDB) não mediu esforços na busca pelos imunizantes da SARS-CoV-2. Doria estabeleceu uma forte relação com o Instituto Butantan, que possui sede na capital do estado paulista; além disso, realizou, em diversas coletivas de imprensa transmitidas pelo canal do YouTube do governo do estado de São Paulo, pronunciamentos em defesa do combate à pandemia no Brasil. A demonstração do empenho de Doria, juntamente com o secretário estadual de saúde do estado Paulista, Jean Gorinchteyn, no controle da crise instaurada no país, voltou os olhos de muitas pessoas ao então governador.

As medidas restritivas publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, juntamente com o Plano Econômico publicado pelo ex-governador, foram provas do esforço estabelecido por João Doria na luta contra a Covid-19. O estado, que foi recorde de casos e mortes como já explicitado, contou com normativas de proteção não só da saúde dos seus cidadãos, como da economia do estado, que conta com o maior Produto Interno Bruto do país (G1, 2022). O plano contou com a divisão de 17

departamentos regionais de saúde, categorizados em uma escala de cinco níveis de abertura econômica.

Ainda definiu fases por cores, sendo cada uma delas a representação do estado em que São Paulo se encontrava. A fase vermelha, sendo a mais crítica, foi definida como o alerta máximo do estado, a laranja como fase de controle, a amarela como a fase de flexibilização, a fase verde como a fase de abertura parcial, e a fase azul sendo definida como normal controlado (G1, 2021). A medida foi definida pelo Decreto número 64.994, de 28 de maio de 2020, com o intuito de valer a partir do dia primeiro de junho do mesmo ano (DOESP, 2020). O plano também permitiu completa autonomia aos prefeitos do estado para aumentarem as restrições, entendendo a situação de cada município.

O governo do estado ainda possui, em seu site oficial, uma guia destinada somente ao plano, contando com definições específicas como as atividades que podem ser retomadas em cada fase, contando com as últimas normativas publicadas e a situação atual de cada município do estado atualizada.

O decreto que estabeleceu o plano, ainda conta com a aplicação de penalidades para o descumprimento do que foi estabelecido na íntegra da publicação (artigo 8). Desde o dia da sua publicação, recebeu alterações e revogações de alguns incisos por outros decretos publicados pelo governo. Até o mês de junho do ano de 2022 o estado de São Paulo se encontrou em fase de normal controlado (G1, 2020).

O avanço do Plano de Retomada se deu devido ao esforço de João Doria na busca pelas vacinas junto ao instituto Butantan e a Sinovac. Nos últimos boletins vacinômetros publicados pela prefeitura do município de São Paulo (SP), a porcentagem de adultos vacinados com a primeira e a segunda dose da SARS-CoV-2 já é maior do que 107% (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2022). A porcentagem de cobertura completa da população total do estado de São Paulo é de mais de 85% (G1, 2022). O ex-governador, ainda em coletivas de imprensa, ofereceu ao restante da população do país um convite aberto para vacinação no estado de São Paulo, entendendo as dificuldades do processo de conquista da vacina do país.

A atuação de João Doria diante da pandemia foi de cautela com a situação, esforço com as medidas restritivas e busca pelos imunizantes contra o vírus, e confronto com o aparente descaso do presidente do país. O plano de retomada e as medidas restritivas publicadas pelo diário do estado demonstraram uma gestão diante de um cenário de crise por parte do então governador do estado de São Paulo. O

contato com o Instituto Butantan, juntamente com o apoio à Secretaria Estadual de Saúde, liderada por Jean Gorinchteyn, foi de extrema importância para o desenvolvimento dos imunizantes fornecidos pela Sinovac no Instituto Butantan, como esperado por João Doria. As atitudes de Doria repercutiram pelo país, e foram citadas pelas redes sociais de muitos brasileiros (Twitter, Instagram, Facebook), além de Doria ter aparecido, em falas nas suas coletivas de imprensa, mais de uma vez em jornais com transmissão para todo o país.

### 3.3 O RESULTADO DAS AÇÕES

Considerando não somente o avanço da vacinação do estado de São Paulo e dos seus municípios, mas do país inteiro, é inegável que a participação de Doria foi consideravelmente responsável pelo recebimento de insumos para a produção de vacinas contra a Covid-19 no Brasil. Os últimos dados registrados pelo vacinômetro do G1 (junho, 2022) registraram que mais de 77% da população total do país já recebeu a primeira e a segunda dose da vacina contra a SARS-CoV-2. Os estados do país, após o esforço de Doria, também receberam insumos para a produção da CoronaVac e das demais vacinas produzidas na pandemia contra a Covid-19.

As vacinas aprovadas pelo Governo Federal até junho do ano de 2022, foram a vacina da Pfizer, a Comirnaty, a CoronaVac - produzida pelo instituto Butantan, a Janssen Vaccine, da Janssen-Cilag), e a vacina da AstraZenca, produzida pela Universidade de Oxford junto ao instituto Fiocruz. Além das vacinas produzidas dentro do território brasileiro, está publicado no site do Governo Federal as vacinas com autorização para a importação excepcional, que são a Sputnik e a Covaxin. Todas essas informações podem ser encontradas na aba da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, além de painéis com análises e informações sobre a vacinação no país, e demais notícias sobre a pandemia.

João Doria (PSDB), a despeito dos posicionamentos do presidente do país, Jair Bolsonaro (PL), realizou grandes feitos durante a pandemia instaurada no globo entre 2020 e 2022. O empenho do ex-governador no combate ao vírus e no recebimento de insumos para a produção de imunizantes foi visto e reconhecido por cidadãos de todo o país. Doria deixou, em abril de 2022, o cargo de governador do estado de São Paulo para ser nomeado candidato à presidência do país para as eleições de 2022; contudo, ao final do mês de maio do mesmo ano o ex-governador

retirou a sua candidatura declarando falta de apoio da cúpula do seu partido, o PSDB, que teria intenções de declarar apoio à ex-senadora Simone Tebet (MDB-MS) em coligação com o partido da candidata (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022). Uma das maiores motivações de Doria na busca pelas vacinas era um reconhecimento nacional na sua possível candidatura eleitoral de 2022.

Entendendo os confrontos estabelecidos no cenário político em ano de eleição, o ex-governador de São Paulo poderia construir uma campanha política baseada na sua atuação no período de pandemia do país. Durante o ano de 2020, ainda no início do seu conflito com Bolsonaro, Doria declarou estar fazendo pelo país o que deveria ser feito pelo próprio presidente (FOSSÁ E SANTOS, 2020). Todas as atitudes tomadas pelo ex-governador contrariavam o que defendia o chefe do Executivo do país, e tendo Bolsonaro uma postura contrária ao combate da pandemia, o posicionamento de João Doria pode ter sido visto como positivo pelos brasileiros que sofreram tantas perdas devido ao coronavírus.

Com todas as relações, contratos e convênios estabelecidas por Doria, a sua atuação pode ser definida como paradiplomacia dentro do país e das Relações Internacionais, de acordo com a definição do termo por Nunes (2005, p. 52). O ex-governador utilizou de uma situação de crise para estabelecer relações primordiais com entes e autoridades que o pudessem auxiliar na busca pelo seu interesse. Não obstante, não existindo regulamentação jurídica que de fato impeça a paradiplomacia no país (TEIXEIRA, 2020), Doria fez o que, legalmente, qualquer ente regional poderia ter feito.

A extensão das medidas de políticas públicas no combate ao coronavírus, de acordo com os interesses da nação projetados pelo ex-governador nas suas coletivas de imprensa, se estendeu para além das fronteiras do estado de São Paulo, e repercutiu por todo o país nos estados e municípios, com as medidas e tomadas de prefeitos e governadores do Brasil. Desta forma, o resultado da paradiplomacia de Doria foi além de somente contratos e convênios com entes internacionais, e trouxe resultados positivos em setores como economia, saúde e bem-estar no estado de São Paulo, bem como proporcionou a imunização no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como intenção avaliar o posicionamento do, agora, ex-governador de São Paulo, João Doria (PSDB), diante do cenário de pandemia no país, instaurado entre os anos de 2020 e 2022. Além de considerar a negligência do presidente do país diante das medidas restritivas de contenção social, quarentena, uso de máscaras e vacinação contra a Covid-19. Entendendo as posições do presidente e as atitudes tomadas por João Doria, percebe-se a existência de um conflito entre o ator regional e o chefe do Executivo Nacional.

Analisando a bibliografia estudada para a realização do trabalho, toma-se por base a definição de paradiplomacia estabelecida por Nunes (2005). Considerando a leitura de Teixeira (2020), define-se que à luz da Constituição Brasileira (1988), não existe nenhum impedimento legal ou regulamentação para a prática da paradiplomacia nos territórios do Brasil.

Diante da busca por interesses políticos para a melhoria de políticas públicas regionais, qualquer ente regional pode estabelecer contratos e convênios com qualquer entidade de nível internacional, seja ela de caráter público ou privado.

João Doria não somente estabeleceu contato com entidades internacionais, como estreitou laços com autoridades de órgãos nacionais que pudessem ser de utilidade na busca pela imunização contra a Covid-19. O ex-governador trabalhou, incansavelmente, nos anos de 2020 e 2021 na tentativa de conseguir insumos para a produção de vacinas pelo Instituto Butantan, para melhorar a política pública de vacinação contra o coronavírus. Enquanto isso, o presidente do país realizou pronunciamentos contrários às medidas restritivas e ao combate à pandemia.

Deste modo, entende-se que a atuação de João Doria foi além de uma simples paradiplomacia frente ao Sistema Internacional. O chefe do Executivo estadual de São Paulo estabeleceu relações dentro e fora do território brasileiro, na busca por uma solução para a crise sanitária que o país sofreu desde o início de 2020.

Portanto, conclui-se pelas análises feitas no presente estudo, que o ex-governador do estado de São Paulo, a despeito do presidente do país, utilizou-se da paradiplomacia, através do estabelecimento de contratos e convênios com entes internacionais, como a SinoVac, para conseguir insumos para a produção de imunizantes da SARS-CoV-2. Obtendo sucesso, Doria influenciou na vacinação não só em seu estado, mas de todo o território brasileiro.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Editora UnB. 11º ed. Brasília: 1998.

BRANCO, Álvaro Chagas Castelo. **Paradiplomacia e Entes Não-centrais no Cenário Internacional**. 2008, 1º reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 76/2013, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. 40.ed. com índice. Brasília: Centro de Documentação e Informação (CEDI), 2013.

BRASIL, Diário Oficial da União. Publicações Oficiais do Governo Federal do país. Disponível em: <https://www.in.gov.br/servicos/diariooficial-da-uniao>. Acesso em: 31 de abril de 2022.

FAGUNDES, Murilo. **Doria vence guerra da vacina, critica Bolsonaro e fatura com CoronaVac**. Poder 360, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/doria-vence-guerra-da-vacina-critica-bolsonaro-e-fatura-com-coronavac/>. Acesso em 15 de maio de 2022.

FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan; SANTOS, Mateus da Cunha. **A disputa pelo poder político em meio à pandemia de Covid-19: Análise do confronto entre João Dória e Jair Bolsonaro**. 2020. Goiânia, v. 10, n. 1.

G1, 2021. **Entenda as fases do plano são paulo, que regulamenta o que pode funcionar na quarentena em sp; veja perguntas e respostas**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/23/entenda-as-fases-do-plano-sao-paulo-que-regulamenta-o-que-pode-funcionar-na-quarentena-em-sp-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 14 de maio de 2022.

G1, 2021. **Estado de SP bate novo recorde e registra 1.389 mortes por Covid em 1 dia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/06/estado-de-sp-bate-novo-recorde-e-registra-1389-mortes-por-covid-em-um-dia.ghtml>. Acesso em 05 de maio de 2022.

G1, 2022. **Mapa da vacinação contra covid-19 no brasil**. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>. Acesso em 13 de junho de 2022.

KAUPPI, Mark V.; VIOTTI, Paul R. **International Relations Theory**. 2012. Editora Vikram Mukhija, 5º ed.



MED, Sanar. 2020. **Linha do tempo do coronavírus no brasil.** (atualizado em 2022). Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 22 de abril de 2022.

NUNES, Carmen Juçara da Silva. **A paradiplomacia no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul.** 2005. 163p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia, Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Porto Alegre, 2005.

OPÇÃO, Jornal. 2021. **10 vezes em que Jair Bolsonaro ajudou o coronavírus durante a pandemia.** Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/10-vezes-em-que-jair-bolsonaro-ajudou-o-coronavirus-durante-a-pandemia-360570/>. Acesso em 30 de abril de 2022.

RIO DE JANEIRO, Diário Oficial do Estado. Publicações Oficiais do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ioerj.com.br/portal/modules/content/index.php?id=21>. Acesso em 05 de maio de 2022

SÃO PAULO, 2020. **Plano São Paulo.** (atualizado em 2022). Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/>. Acesso em: 11 de maio de 2022.

SÃO PAULO, 2022. Vacinômetro de São Paulo. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/vacinometro\\_13\\_06\\_22.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/vacinometro_13_06_22.pdf) . Acesso em 13 de junho de 2022.

SÃO PAULO, 2020. **Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020.** Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dq280202.nsf/5fb5269ed17b47ab83256cfb00501469/35ea1f3341ab9b9c83258577004cd65e?OpenDocument&Highlight=0,64,994>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

SÃO PAULO, Diário Oficial do Estado. Publicações Oficiais do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: [https://imprensaoficial.com.br/do/homedo\\_2\\_0.ASPX#26/06/2022](https://imprensaoficial.com.br/do/homedo_2_0.ASPX#26/06/2022). Acesso em: 08 de maio de 2022

SÃO PAULO, Folha de. 2022. **Doria desiste de candidatura à presidência após ficar isolado no PSDB.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/doria-desiste-de-candidatura-a-presidencia-apos-ficar-isolado-no-psdb.shtml>. Acesso em 08 de junho de 2022.

SÃO PAULO, 2020. **Governo de SP determina quarentena em todo o estado.** Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/ao-vivo-governo-de-sp-anuncia-novas-medidas-para-combate-ao-coronavirus-no-estado/>. Acesso em 28 de abril de 2022.

SAÚDE, Ministério da. 2022. **Vacinas Covid.** Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/vacinas>. Acesso em 26 de maio de 2022.

SAÚDE, Organização Mundial da. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/pt>. Acesso em 13 de abril de 2022.

SENADO, 2021. **CPI da pandemia.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em 25 de abril de 2022.

TEIXEIRA, Felipe de Macedo. **A paradiplomacia e o federalismo na constituição brasileira: uma análise de possibilidades e limites para atuação internacional de estados e municípios.** Revista de Relações Exteriores, 2020.

VEJA, 2020. **Como a vacina contra a Covid-19 entrou na queda de braço da política.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/como-a-vacina-contra-a-covid-19-entrou-na-queda-de-braco-da-politica/>. Acesso em 13 de maio de 2022.